



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026 - RETIFICADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026

Município de Santa Tereza/RS
Secretaria Municipal de Saúde, Trabalho e Ação Social
Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2026
Tipo de julgamento: menor preço
Modo de disputa: aberto

“EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO, ZERO KM, COM 07 LUGARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.”

A Prefeita Municipal de Santa Tereza/RS, Sra. Gisele Caumo, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tipo “Menor Preço”, tendo por finalidade a Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO, ZERO KM, COM 07 LUGARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Conforme Termo de Referência (Anexo I), a ser processado e julgado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 7.033/2025 e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133, de 01 abril 2021.

1 - LOCAL, DATA E HORA

- 1.1.** A sessão pública será realizada no site <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>, no dia **08 de maio de 2026**, com início às **08h30min**, horário de Brasília - DF.
- 1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, **até as 08h25min do dia 08 de maio de 2026**.
- 1.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 – OBJETO

- 2.1.** É objeto desta licitação a AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO, ZERO KM, COM 07 LUGARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- 2.2.** As quantidades e especificações completas do(s) produto(s) a serem fornecidas encontram-se no ANEXO I deste procedimento licitatório.
- 2.3.** Os valores propostos pelos licitantes não poderão ser superiores aos valores apurados previamente pelo Município, conforme orçamento de referência constante no ANEXO I do presente Edital.

3 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 3.1.** A empresa interessada em participar deste Pregão Eletrônico necessitará, obrigatoriamente, credenciar-se para participar dos Pregões Eletrônicos publicados no Portal “Banrisul Pregão online”, o que possibilita a participação na Sessão Eletrônica, bem como o acesso aos serviços disponibilizados aos fornecedores na área de acesso restrito do portal, como: o recebimento de notificação dos editais publicados, o envio de proposta e a participação das sessões públicas de disputa;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

3.2. Para solicitar o credenciamento no Sistema de Compras, o interessado deverá efetuar o seu pré cadastro pelo portal Credenciamento Online: <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br/fornecedores>, onde deverá preencher o formulário de solicitação de credenciamento, utilizando o quadro “Credenciamento Online” e, encaminhar à Central de Licitações (CELIC) o "Termo de Senha Eletrônica", preenchido e assinado, juntamente com a seguinte documentação exigida:

I – Se a empresa não tiver registro cadastral atualizado no órgão credenciador:

- a) cópia do contrato social ou estatuto, autenticado, e cópia do CNPJ
- b) cópia do CPF, da carteira de identidade, autenticada, do representante da empresa e do usuário responsável (os mesmos do Termo Liberação de senha eletrônica);
- c) Procuração comprovando os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso NÃO esteja comprovado no Contrato Social ou Estatuto Social;
- d) Termo de liberação de senha eletrônica, devidamente assinado;

II – Se a empresa já tiver registro cadastral atualizado no órgão credenciador (CELIC):

- a) Cópia do CPF e Carteira de Identidade, autenticada, do representante da Empresa e usuário responsável (os mesmos do Termo de Liberação de senha eletrônica);
- b) Procuração comprovando os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso NÃO esteja comprovado no Contrato Social ou Estatuto Social;
- c) Termo de liberação de senha eletrônica assinado.

3.3. O credenciamento no Sistema de Compras é válido por 1(um) ano, contados a partir da data de liberação na CELIC;

3.4. Documentos a serem encaminhados ao órgão credenciador para renovação:

I- Caso o representante legal da empresa e o usuário responsável sejam os mesmos:

- a) Renovação direta pelo sistema: no Login, somente para o atual responsável, será apresentado o Termo de renovação de senha eletrônica, para confirmação da renovação do credenciamento da empresa por mais 1 (um) ano.

II - Caso o representante legal da empresa ou o usuário responsável seja diferente:

- a) Procuração comprovando os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso NÃO esteja comprovado no Contrato Social ou Estatuto Social;
- b) cópia do CPF e da Carteira de Identidade, autenticadas, do usuário responsável pela empresa registrado no termo de renovação de senha eletrônica encaminhado;
- c) Em ambos os casos: Termo de renovação de senha eletrônica assinado.

3.5. O credenciamento da licitante implica responsabilidade legal dos atos inerentes à licitação;

3.6. O uso da senha de acesso, pela licitante, é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santa Tereza, à CELIC/RS ou ao Banrisul, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da mesma, ainda que terceiros;

3.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Divisão de cadastro da CELIC/RS, para imediato bloqueio de acesso. A solicitação de nova senha se dará através do provedor do sistema.

OBS: não serão aceitas propostas na qual o valor exeda o valor máximo previsto no Termo de Referencia (ANEXO I) do presente edital.

4 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

4.1. A proposta inicial deve ser cadastrada em campo específico junto a plataforma do Pregão on line

Banrisul <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br/fornecedores>.

4.2. Quando da convocação da licitante vencedora para apresentação da Proposta Final, esta deverá ser

devidamente identificada, e conte as seguintes informações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

4.2.1 Razão social completa da empresa, endereço atualizado, cadastro nacional da pessoa jurídica – CNPJ, telefone/e-mail, nome da pessoa indicada para contatos e dados bancários. O nº do CNPJ deverá

ser o mesmo para a participação no processo licitatório e emissão do documento fiscal (Nota Fiscal) para efeitos de cobrança;

4.2.2 Número sequencial e descrição dos itens, conforme apresentado no Termo de Referência, (Anexo I) deste edital;

4.2.3 Valor unitário ofertado por cada item, em moeda corrente nacional, e o valor global em algarismo e por extenso, com o máximo de duas (02) casas decimais após a vírgula. Caso haja diferença

entre os valores expressos em algarismo e por extenso, considerar-se-á o último;

4.3. A validade da proposta será de sessenta 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua propositura;

4.4. Na proposta de preços devem estar incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

4.5. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

4.6. A proposta deverá estar devidamente assinada pelo sócio proprietário da empresa ou seu representante legal, desde que seja anexada a respectiva procuração, na forma pública, com poderes específicos para este fim;

4.7. Deverá ser anexado junto a proposta o catálogo do veículo ofertado, para melhor avaliação da comissão;

4.8. A licitante deverá anexar junto a proposta **declaração de que o veículo possui garantia de no mínimo 3 (três) anos ou 100.000 km.**

4.9. Declaração de que garantirá as revisões do veículo dentro do período de garantia, junto à concessionária autorizada, situada em um raio de no máximo 150 km da sede da Prefeitura, declarando que a 1º e a 2º revisão será realizada sem custos para a Administração e que prestará assistência técnica do veículo tanto no tocante as revisões periódicas, junto à concessionária, quanto aos defeitos de fabricação que o veículo apresentar. Deverá estar expresso na declaração o nome do declarante e contato para agendamentos de serviços bem como o telefone e e-mail. Deverá acompanhar a declaração de comprovação de quilometragem exigida via google maps ou outro serviço de mapeamento.

4.10. Declaração de que o veículo a ser fornecido é zero KM.

5 - FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico, devendo ser observadas as disposições do art. 44 dalei 123/06.

5.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

5.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

5.7. Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor;

6.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7. HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos documentos conforme a ordem abaixo discriminada, sendo que **deverão ser enviados eletronicamente (diretamente na plataforma da Concorrência Eletrônica), após a solicitação da Agente de Contratações, através da plataforma <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>**. Primeiramente será aberto o prazo para a Anexar a Proposta Final em “Julgamento de Proposta” DE ATÉ UM DIA ÚTIL, findado este prazo será aberto o prazo para anexar os demais documentos de Habilitação, DE ATÉ UM DIA ÚTIL. Os prazos poderão ser encerrados antecipadamente, sempre que as empresas já tiverem anexado a documentação solicitada.

7.2. Os documentos devem provar a habilitação do licitante no dia da abertura da seção pública. Não será necessário o envio dos documentos físicos devido a terem sido anexados no site: <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>.

7.3. Para a habilitação do licitante será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

7.3.1 Proposta de preços ajustada, nos moldes do que estabelece o anexo II, para o(s) item(ns) objeto(s) da licitação para o(s) qual(is) a licitante apresentou a proposta vencedora, de acordo com o preço final registrado na concorrência eletrônica, a ser anexada em campo específico disponibilizado pelo sistema “julgamento de proposta”;

7.3.2 Procuração com firma reconhecida em cartório, nomeando o procurador com poderes expressos para formular propostas, acordar, discordar e transigir em nome da Licitante, bem como para acompanhar as demais ocorrências e realizar todos os atos inerentes ao certame (para o caso de o responsável que assina a documentação não ser o sócio indicado no contrato social ou estatuto);

7.3.3 Cópia autenticada de documento de identificação pessoal do responsável pela assinatura da documentação, seja o sócio administrador ou do procurador da licitante;

7.3.4 Habilitação Cadastral e Jurídica:

I - Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso haja.

b) Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa.

II – Prova de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – Declaração da licitante, de que cumpre os requisitos para a habilitação e que apresenta conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei (MODELO ANEXO III);

IV – Declaração da Licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (ANEXO IV)

V – Declaração de enquadramento assinada por contabilista, visando comprovar os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (ANEXO V);

VI – Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (ANEXO VI);

VII – Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

7.3.5 Regularidade Fiscal:

I - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art.11 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, em vigor;

II - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto em que a licitante ofertará preço;

III - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual – através da Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela Secretaria e/ou Delegacia da Fazenda Estadual, dentro do prazo de validade;

IV - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal – através da Certidão de regularidade fiscal junto ao Município do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade;

V - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – através do Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

7.3.6 Regularidade Trabalhista:

I - Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

II - Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade;

7.3.7 Qualificação Econômico-Financeira:

I - Certidão negativa de falência ou concordata expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura deste Pregão Eletrônico, pelo distribuidor da comarca da empresa licitante;

7.4. Os documentos deverão ser válidos e estar vigentes para fins de habilitação da licitante proponente, sob pena de sua desclassificação;

7.5. A qualquer momento, durante a vigência do processo licitatório poderá ser solicitada documentação atualizada;

7.6. A critério da Pregoeira, o prazo para encaminhamento dos documentos poderá ser distendido, desde que não haja prejuízo ao Órgão Público.

7.7. No julgamento das certidões referentes à regularidade fiscal apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte, serão observadas as disposições da LC nº 123/06, em especial seus arts. 42 e 43.

7.7.1 Em havendo alguma restrição quanto às certidões mencionadas (fiscais e de regularidade trabalhista), será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação.

7.7.2 Não terá direito ao prazo previsto no subitem anterior a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.7.3 A não regularização desta documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Pregão, e a Pregoeira convocará a próxima empresa, conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

7.8. No caso de a empresa ser declarada inabilitada, a Pregoeira convocará a próxima empresa conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Os documentos solicitados poderão ser anexados com assinatura digital ou com barra informativa que contenha chave ou código de verificação; documentos assinados manualmente poderão ser diligenciados para que a empresa apresente em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por funcionário da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8. – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

8.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital deverão ser feitas exclusivamente por meio eletrônico através do site: <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>, ou pelo e-mail atendimento@santatereza.rs.gov.br.

8.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, através do site: <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>.

9. – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação proferida por meio eletrônico através do site: <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

9.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 9.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro de 20 (vinte) minutos, após o encerramento da fase de habilitação, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação proferida por meio eletrônico através do site: <http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10. – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2. Os licitantes vencedores da disputa de lances, deverão apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis após a adjudicação a proposta com os preços resultantes do certame, bem como, os dados bancários (Banco, agência e nº da conta).

10.3. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.4. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese dos motivos do recurso, o prazo para apresentar as razões do recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

11 – DA ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1 – O veículo deverá ser entregue em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato.

11.2 – A entrega deverá ser feita na Prefeitura Municipal, situada à Avenida Itália, nº474, Centro, Santa Tereza/Rs, em horário de expediente da Administração.

11.1. O objeto do presente contrato será recebido:

11.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis da entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo.

11.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório.

11.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

12 - DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a entrega.

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos gêneros alimentícios e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados na seguinte dotação orçamentária:

0602 - SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

1030100391307 – APLICAR RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR PEDRO

(883) 449052000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1248 – EMENDA PARLAMENTAR PEDRO WESTPHALEN

14 - PENALIDADES

14.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

14.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

14.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

14.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

14.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

14.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

14.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

14.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

14.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.2.2. As peculiaridades do caso concreto.

14.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.2.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

14.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

14.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15 - DO PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO:

15.1 O Órgão Gerenciador formalizará o contrato, cuja validade será de 1 (um) ano.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.2.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada;

16 - DO REALINHAMENTO DOS PREÇOS:

16.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador do Contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

16.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação do Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

17.1. A administração e os atos de controle do Contrato, decorrente da presente licitação, será da Secretaria Municipal de Saúde, Trabalho e Ação Social.

17.2. O Órgão Gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

17.3. Os pedidos de alteração de marca, concessão de prazos de entrega, entre outros pedidos formulados pelos fornecedores, deverá ser encaminhados ao Órgão Gerenciador para análise, aprovação ou não.

17.4. Compete também, ao Órgão Gerenciador, notificar a Contratada, através da secretaria responsável pela fiscalização do contrato ou pelo servidor que recebe os materiais/serviços a fazer a entrega/substituição/reparação dos mesmos, caso necessário.

18 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

18.1. A extinção do contrato poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

18.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com a Lei 14.133/21.

19.3. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

19.4. É de inteira e expressa responsabilidade da empresa licitante todas as despesas necessárias para a entrega do objeto deste Edital, incluindo custos com fretes, recursos materiais e humanos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Edital.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico atendimento@santatereza.rs.gov.br.

19.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.7. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

19.8. O Município de Santa Tereza/RS se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

19.9. Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta;

ANEXO III – Modelo Declaração de que cumpre o Art. 63, I;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de que cumpre o Art. 63, IV;

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento ME E EPP;

ANEXO VI - Modelo Declaração de que cumpre o Art. 4º, §2;

ANEXO VII - Modelo Declaração de que cumpre o Art. 63, § 1º;

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII;

ANEXO IX – Minuta do Contrato.

Santa Tereza, 24 de abril de 2026.

Gisele Caumo
Prefeita Municipal

Aprovado:
Procurador Jurídico
Cassiano Scandolara Rodrigues
OAB/RS. 102.428



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026

Município de Santa Tereza/RS

Secretaria Municipal de Saúde, Trabalho e Ação Social

Necessidade da Administração: **AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO, ZERO KM, COM 07 LUGARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, da categoria minivan, modelo 2026, de cor branca, com capacidade para 07 (sete) pessoas, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Município de Santa Tereza/RS, visando assegurar eficiência, segurança e adequadas condições de transporte institucional.

O veículo deverá possuir motorização de propulsão à base de combustão com sistema Flex (etanol/gasolina), quatro portas laterais para acesso dos passageiros e uma porta traseira destinada ao porta-malas. Deverá, ainda, apresentar garantia mínima de 03 (três) anos ou 100.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro, e ser de procedência nacional, devidamente emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS.

Especificações técnicas mínimas exigidas:

O veículo deverá ser novo (zero quilômetro), da categoria minivan, modelo 2026, com capacidade para 07 ocupantes, cor branca e motorização Flex.

Motor:

- Instalação dianteira com disposição transversal;
- **motor a partir de 1.0, turbo ou aspirado de 3 cilindros ou mais;**
- 04 cilindros em linha, com 02 válvulas por cilindro;
- Potência mínima de 111 cv (álcool) e 106 cv (gasolina) a 5200 rpm;
- Torque mínimo de 17,7 kgfm (álcool) a 2600 rpm e 16,8 kgfm (gasolina) a 2800 rpm.

Transmissão:

- Câmbio automático de 06 marchas.

Freios:

- Freios dianteiros a disco ventilado com sistema ABS;
- Freios traseiros a tambor com sistema ABS.

Rodas e pneus:

- Rodas de liga leve aro 16”;
- Pneus 205/60 R16, conforme especificações do fabricante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

Itens de segurança:

- Freios ABS nas 4 rodas;
- 06 airbags;
- Câmera de ré;
- Controle de tração e estabilidade;
- Cintos de três pontos para todos os ocupantes;
- Encostos de cabeça ajustáveis;
- Faróis com regulagem de altura;
- Sensor de estacionamento traseiro;
- Assistente de partida em aclave;
- Sistema de monitoramento da pressão dos pneus (TPMS);
- Imobilizador antifurto;
- Kit de segurança obrigatório (triângulo, macaco e chave de roda);
- Demais itens obrigatórios conforme legislação vigente.

Itens de conforto:

- Direção elétrica;
- Ar-condicionado quente/frio com saídas para fileiras traseiras;
- Vidros elétricos;
- Banco do motorista com ajuste de altura;
- Ajuste de coluna de direção;
- Assentos traseiros reclináveis, dobráveis e moduláveis;
- Porta-malas mínimo de 160 litros;
- Tomadas USB para passageiros;
- Retrovisores elétricos;
- Iluminação interna adequada;
- Bancos com revestimento resistente;
- Controle de velocidade (cruise control);
- Sensor de luminosidade;
- Limpador automático;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

- Três fileiras de bancos;
- Demais itens que assegurem conforto e funcionalidade.

Central multimídia:

- Rádio AM/FM integrado;
- Tela touchscreen mínima de 7”;
- Conectividade Bluetooth;
- Entrada USB;
- Compatibilidade com espelhamento de smartphone;
- Comandos no volante (quando disponíveis);
- Sistema viva-voz;
- Integração com câmera de ré;
- Computador de bordo e demais funcionalidades de série.

Outros requisitos:

- Película de proteção solar conforme legislação;
- Conjunto de tapetes de borracha;
- Dimensões mínimas: altura de 1684 mm, largura de 1735 mm e comprimento de 4360 mm;
- Distância entre eixos mínima de 2620 mm;
- **Porta-malas mínimo de 42 litros;**
- Garantia mínima de 03 anos ou 100.000 km.

O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, licenciado e em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS, em perfeitas condições de uso, atendendo integralmente às especificações técnicas exigidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, da categoria minivan, modelo 2026, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de mobilidade, segurança e eficiência no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Município de Santa Tereza/RS.

A disponibilidade de um veículo adequado, com capacidade para 07 (sete) ocupantes, é fundamental para viabilizar o transporte de equipes, servidores e, quando necessário, munícipes, especialmente em atividades institucionais que exigem deslocamentos constantes, tanto na área urbana quanto rural. A inexistência ou insuficiência de veículo com tais características pode comprometer a qualidade e a agilidade na prestação dos serviços públicos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
93715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

Além disso, a aquisição de um veículo novo assegura maior confiabilidade mecânica, redução de custos com manutenção corretiva e maior vida útil, contribuindo para a economicidade e eficiência da gestão pública. A exigência de garantia mínima e especificações técnicas adequadas também visa garantir segurança aos usuários e conformidade com as normas vigentes.

Diante disso, a aquisição do referido veículo constitui medida necessária e adequada para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados à população, atendendo ao interesse público e às demandas institucionais do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, da categoria minivan, modelo 2026, com capacidade para 07 (sete) ocupantes, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Município de Santa Tereza/RS. A adoção dessa solução visa garantir melhores condições de deslocamento para equipes técnicas, profissionais e usuários dos serviços públicos, assegurando maior eficiência, segurança e agilidade na execução das atividades institucionais. O veículo permitirá o transporte adequado de pacientes, servidores, equipes multidisciplinares e, quando necessário, de usuários atendidos pelos serviços sociais, contribuindo diretamente para a qualidade do atendimento prestado à população.

No âmbito da Secretaria de Saúde, o veículo será utilizado para transporte de pacientes, visitas domiciliares, acompanhamento de equipes e apoio às ações de atenção básica. Já para a Secretaria de Trabalho e Ação Social, possibilitará o deslocamento de equipes para atendimentos, visitas técnicas, acompanhamento de famílias e execução de programas sociais.

A escolha por um veículo novo, com garantia mínima e especificações técnicas adequadas, assegura maior confiabilidade, redução de custos com manutenção e maior disponibilidade operacional, evitando interrupções nos serviços. Além disso, os itens de segurança e conforto garantem melhores condições de uso tanto para servidores quanto para os usuários transportados.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com a realidade operacional do Município, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, segurança e interesse público, bem como às normas aplicáveis às aquisições no âmbito da Administração Pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente instrumento se justifica pelos motivos a seguir expostos:

O veículo a ser adquirido deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Ser novo, zero quilômetro, da categoria minivan, modelo 2026, com capacidade para 07 (sete) ocupantes;
- Possuir motorização Flex (etanol/gasolina), com desempenho compatível com as necessidades de uso urbano e rural;
- Dispor de câmbio automático, direção elétrica e sistema de ar-condicionado quente e frio;
- Contar com itens de segurança obrigatórios e adicionais, tais como freios ABS, 06 airbags, controle de estabilidade, controle de tração, câmera de ré e sensores de estacionamento;
- Apresentar conforto interno adequado, com bancos ajustáveis, três fileiras de assentos e espaço interno compatível com o transporte de equipes e usuários;
- Possuir central multimídia com conectividade Bluetooth, entrada USB e compatibilidade com espelhamento de smartphone;
- Estar equipado com acessórios obrigatórios, como estepe, macaco, chave de roda, além de película de proteção solar e tapetes de borracha;
- Atender às dimensões mínimas e demais especificações técnicas estabelecidas no termo de referência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

- Possuir garantia mínima de 03 (três) anos ou 100.000 km;
 - Ser entregue devidamente emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS.
- A aquisição tem como finalidade assegurar melhores condições de mobilidade para as equipes da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria de Trabalho e Ação Social, garantindo eficiência, segurança e continuidade na prestação dos serviços públicos. O veículo possibilitará o transporte adequado de pacientes, profissionais e usuários dos programas sociais, contribuindo para a ampliação e qualificação do atendimento à população.
- Dessa forma, a aquisição visa atender às necessidades institucionais do Município, promovendo maior eficiência administrativa, economicidade e qualidade na execução das políticas públicas, em conformidade com o interesse público e a legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto será realizada mediante o fornecimento do veículo pela contratada, contemplando:

- Entrega de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, da categoria minivan, modelo 2026, em conformidade com todas as especificações técnicas estabelecidas no termo de referência;
- Fornecimento do veículo devidamente revisado, com todos os itens de série, acessórios obrigatórios e opcionais exigidos, em perfeito estado de funcionamento;
- Entrega do veículo acompanhado de manual do proprietário, certificado de garantia e demais documentos necessários;
- Realização do emplacamento e licenciamento em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS;
- Fornecimento de garantia mínima de 03 (três) anos ou 100.000 km, assegurando assistência técnica conforme as condições do fabricante;
- Entrega do veículo com todos os equipamentos de segurança, conforto e tecnologia previstos, incluindo película de proteção solar e tapetes de borracha.

Após a entrega, a contratante realizará a verificação da conformidade do veículo com as especificações contratuais, procedendo ao recebimento definitivo. Durante o processo, poderá ser realizada fiscalização para assegurar que o objeto atenda integralmente aos requisitos estabelecidos, garantindo a qualidade, segurança e adequação do veículo às necessidades da Administração Pública Municipal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor designado, em conformidade com as atribuições do agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, assessoria jurídica e controle interno, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei nº 14.133/2021.

Caberá à fiscalização verificar a conformidade do veículo entregue com todas as especificações técnicas exigidas no termo de referência, incluindo características mecânicas, itens de segurança, conforto, documentação, garantia e demais requisitos contratuais. Também deverá registrar eventuais ocorrências e solicitar correções ou substituições, caso o objeto não atenda integralmente às condições estabelecidas.

Durante a execução contratual, a contratante acompanhará o processo de fornecimento, desde a formalização até a entrega definitiva do veículo, assegurando o cumprimento dos prazos, das condições de entrega e das exigências legais e contratuais.

Eventuais alterações contratuais somente poderão ser realizadas por meio de termo aditivo formal, conforme a legislação vigente. O contrato será considerado encerrado após a entrega do veículo em conformidade com o contratado, o recebimento definitivo pela Administração e a quitação de todas as obrigações entre as partes, garantindo a efetividade da aquisição e o atendimento ao interesse público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição do objeto será baseada na entrega completa do veículo, em conformidade com todas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e com as normas aplicáveis, sendo o recebimento atestado pelo fiscal do contrato.

Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá comprovar a entrega do veículo conforme contratado, incluindo a apresentação da documentação obrigatória (nota fiscal, certificado de garantia, manual do proprietário e comprovante de emplacamento e licenciamento em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS).

O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do veículo, mediante atesto do fiscal do contrato quanto à conformidade do objeto e apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção do fornecedor será realizada conforme a legislação vigente, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas e de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência.

Somente serão consideradas habilitadas as empresas que comprovarem:

- Capacidade técnica para fornecimento de veículo automotor novo, zero quilômetro, conforme as especificações exigidas;
- Regularidade na comercialização de veículos, podendo ser fabricante, concessionária ou revendedora autorizada;
- Comprovação de aptidão para cumprir os prazos de entrega, bem como prestar garantia e assistência técnica, conforme exigido;
- Atendimento a todas as normas legais, regulatórias e operacionais aplicáveis à comercialização e entrega de veículos automotores.

A empresa vencedora deverá fornecer o veículo em estrita conformidade com todas as condições técnicas, operacionais e legais estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade do objeto, o cumprimento dos prazos e a plena adequação às necessidades da Administração Pública Municipal.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação para a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, da categoria minivan, modelo 2026, é de R\$ 154.900,00 (cento e cinquenta e quatro mil e novecentos reais).

O valor estimado foi definido com base em levantamento de mercado, considerando veículos com características equivalentes às especificações técnicas exigidas, tais como capacidade para 07 (sete) ocupantes, motorização mínima 1.8, câmbio automático, itens de segurança e conforto, além da garantia mínima de 03 anos. Também foram considerados custos adicionais, como emplacamento, licenciamento e demais exigências previstas no Termo de Referência.

Ressalta-se que o valor estimado está compatível com os preços praticados no mercado para veículos dessa categoria, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, garantindo a aquisição de um bem durável, seguro e adequado às necessidades da Administração Pública, com qualidade e respaldo técnico.

Item	Descrição	Unid	Qtd	Valor unitário
01	Veículo novo (zero quilômetro), da categoria minivan, modelo	UN	01	R\$ 154.900,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

<p>2026, com capacidade para 07 ocupantes, cor branca e motorização Flex.</p> <p>Motor:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instalação dianteira com disposição transversal;• motor a partir de 1.0, turbo ou aspirado de 3 cilindros ou mais;• 04 cilindros em linha, com 02 válvulas por cilindro;• Potência mínima de 111 cv (álcool) e 106 cv (gasolina) a 5200 rpm;• Torque mínimo de 17,7 kgfm (álcool) a 2600 rpm e 16,8 kgfm (gasolina) a 2800 rpm. <p>Transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Câmbio automático de 06 marchas. <p>Freios:</p> <ul style="list-style-type: none">• Freios dianteiros a disco ventilado com sistema ABS;• Freios traseiros a tambor com sistema ABS. <p>Rodas e pneus:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rodas de liga leve aro 16”;• Pneus 205/60 R16, conforme especificações do fabricante. <p>Itens de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Freios ABS nas 4 rodas;• 06 airbags;• Câmera de ré;• Controle de tração e estabilidade;• Cintos de três pontos para todos os ocupantes;• Encostos de cabeça ajustáveis;• Faróis com regulagem de altura;• Sensor de estacionamento traseiro;• Assistente de partida em active;• Sistema de monitoramento da pressão dos pneus (TPMS);			
--	--	--	--



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">• Imobilizador antifurto;• Kit de segurança obrigatório (triângulo, macaco e chave de roda);• Demais itens obrigatórios conforme legislação vigente. <p>Itens de conforto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Direção elétrica;• Ar-condicionado quente/frio com saídas para fileiras traseiras;• Vidros elétricos;• Banco do motorista com ajuste de altura;• Ajuste de coluna de direção;• Assentos traseiros reclináveis, dobráveis e moduláveis;• Porta-malas mínimo de 160 litros;• Tomadas USB para passageiros;• Retrovisores elétricos;• Iluminação interna adequada;• Bancos com revestimento resistente;• Controle de velocidade (cruise control);• Sensor de luminosidade;• Limpador automático;• Três fileiras de bancos;• Demais itens que assegurem conforto e funcionalidade. <p>Central multimídia:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rádio AM/FM integrado;• Tela touchscreen mínima de 7”;• Conectividade Bluetooth;• Entrada USB;• Compatibilidade com espelhamento de smartphone;• Comandos no volante (quando disponíveis);			
--	---	--	--	--



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

<ul style="list-style-type: none">• Sistema viva-voz;• Integração com câmera de ré;• Computador de bordo e demais funcionalidades de série. <p>Outros requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Película de proteção solar conforme legislação;• Conjunto de tapetes de borracha;• Dimensões mínimas: altura de 1684 mm, largura de 1735 mm e comprimento de 4360 mm;• Distância entre eixos mínima de 2620 mm;• Porta-malas mínimo de 42 litros;• Garantia mínima de 03 anos ou 100.000 km. <p>O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, licenciado e em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS.</p>			
--	--	--	--

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

0602 - SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
1030100391307 – APLICAÇÃO DE RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR PEDRO
(883)449052000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1248 – EMENDA PARLAMENTAR PEDRO WESTPHALEN

Santa Tereza, 14 de abril de 2026.

Gisele Caumo
Prefeita Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO II
PROPOSTA FINANCEIRA

Nome da empresa: Endereço:
..... Cidade: CNPJ/MF nº:
..... Fone/Fax:
E- mail: Data da Abertura:

Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital, modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2026, apresentando a seguinte proposta financeira, para fornecimento dos seguintes produtos:

Item	Descrição	Unid	Qtd	Valor unitário
01	<p>Veículo novo (zero quilômetro), da categoria minivan, modelo 2026, com capacidade para 07 ocupantes, cor branca e motorização Flex.</p> <p>Motor:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instalação dianteira com disposição transversal;• motor a partir de 1.0, turbo ou aspirado de 3 cilindros ou mais;• 04 cilindros em linha, com 02 válvulas por cilindro;• Potência mínima de 111 cv (álcool) e 106 cv (gasolina) a 5200 rpm;• Torque mínimo de 17,7 kgfm (álcool) a 2600 rpm e 16,8 kgfm (gasolina) a 2800 rpm. <p>Transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Câmbio automático de 06 marchas. <p>Freios:</p> <ul style="list-style-type: none">• Freios dianteiros a disco ventilado com sistema ABS;• Freios traseiros a tambor com sistema ABS. <p>Rodas e pneus:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rodas de liga leve aro 16”;• Pneus 205/60 R16, conforme especificações do fabricante. <p>Itens de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Freios ABS nas 4 rodas;• 06 airbags;• Câmera de ré;	UN	01	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">• Controle de tração e estabilidade;• Cintos de três pontos para todos os ocupantes;• Encostos de cabeça ajustáveis;• Faróis com regulagem de altura;• Sensor de estacionamento traseiro;• Assistente de partida em active;• Sistema de monitoramento da pressão dos pneus (TPMS);• Imobilizador antifurto;• Kit de segurança obrigatório (triângulo, macaco e chave de roda);• Demais itens obrigatórios conforme legislação vigente. <p>Itens de conforto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Direção elétrica;• Ar-condicionado quente/frio com saídas para fileiras traseiras;• Vidros elétricos;• Banco do motorista com ajuste de altura;• Ajuste de coluna de direção;• Assentos traseiros reclináveis, dobráveis e moduláveis;• Porta-malas mínimo de 160 litros;• Tomadas USB para passageiros;• Retrovisores elétricos;• Iluminação interna adequada;• Bancos com revestimento resistente;• Controle de velocidade (cruise control);• Sensor de luminosidade;• Limpador automático;• Três fileiras de bancos;• Demais itens que assegurem conforto e			
--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

	<p>funcionalidade.</p> <p>Central multimídia:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rádio AM/FM integrado;• Tela touchscreen mínima de 7”;• Conectividade Bluetooth;• Entrada USB;• Compatibilidade com espelhamento de smartphone;• Comandos no volante (quando disponíveis);• Sistema viva-voz;• Integração com câmera de ré;• Computador de bordo e demais funcionalidades de série. <p>Outros requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Película de proteção solar conforme legislação;• Conjunto de tapetes de borracha;• Dimensões mínimas: altura de 1684 mm, largura de 1735 mm e comprimento de 4360 mm;• Distância entre eixos mínima de 2620 mm;• Porta-malas mínimo de 42 litros;• Garantia mínima de 03 anos ou 100.000 km. <p>O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado, licenciado e em nome da Prefeitura Municipal de Santa Tereza/RS.</p>		
--	---	--	--

VALOR TOTAL: R\$ ()

1) Validade da Proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias.

2) Declaramos que, estamos de acordo com os termos do edital e seus Anexos e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, incluindo transporte, seguro, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, custo de parcelas rescisórias, benefícios, administração, treinamento, custos diretos e indiretos e todos os outros ônus federais, estaduais e/ou municipais indispensáveis para o cumprimento do objeto da presente licitação.

3) Dados Bancários: Banco do

Agencia nº.

Conta nº.

4) Contato:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

Sr (Sócio-Diretor)

Fone: Fax: Celular:

e-mail -

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

**Assinatura do Representante Legal.
Carimbo do CNPJ**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63, I

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), **cumpe os requisitos para a habilitação, e que a proposta apresentada está em conformidade a com as exigências do edital**, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, nos termos do Art. 63, I, da Lei 14.133/2021.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, IV

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), **cumpe as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas**, nos termos do Art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, Bairro, na cidade de, através do seu Representante legal Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de, DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() – MICROEMPRESA, conforme inc. I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() – EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

() – COOPERATIVA, conforme disposto nos arts. 42 ao 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara, também, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

..... de de 20....

Assinatura do representante legal da empresa
da empresa
Nome completo:

Assinatura do Contador ou Tec. Contábil
Nome do Contador ou Tec. Cont.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 4º, §2º DA LEI 14.133/2.021

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), observa o limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 4º, §2º da Lei 14.133/2.021

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O ART. 63, §1º DA LEI 14.133/2.021

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (Nome da empresa) CNPJ (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo), de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do Art. 63, §1º DA LEI 14.133/2.021.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 7º CONSTITUIÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2026, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

(assinatura e identificação do responsável legal/procurador da licitante)

Nome:

CPF:

Cargo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA**, Estado do Rio Grande do Sul, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 91.987.719/0001-13, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. portadora do CPF nº e do RG nº, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado, pessoa jurídica de direito privado, sediado na Rua, nº, na cidade de, CEP inscrita no CNPJ/MF sob nº doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 14.133/21, e legislação pertinente, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, considerando que a CONTRATADA foi declarada vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2026, constituído através do Protocolo Administrativo nº

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do edital de licitação n.º 001/2026 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de [...], e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto aquisição de 1 (um) veículo, zero km, com 07 lugares para a Secretaria Municipal de Saúde, pela CONTRATADA, conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para o fornecimento do objeto é até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do presente contrato.

3.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, no seguinte local: Prefeitura Municipal, Avenida Itália, nº 474, Centro, Santa Tereza/RS.

3.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ [...], conforme a proposta da CONTRATADA vencedora da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a entrega integral do objeto, a apresentação de nota fiscal e aprovação da fiscalização do CONTRATANTE.

5.2. O pagamento correrá em até 10 (dez) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
0602 - SECRETARIA DE SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
93715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

1030100391307 – APLICAÇÃO DE RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR PEDRO
(883)449052000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1248 – EMENDA PARLAMENTAR PEDRO WESTPHALEN

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA-Edo período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

9.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.4. Dentro do prazo previsto no item 9.3, o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

São obrigações do CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.

10.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

10.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

10.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

11. São obrigações da CONTRATADA:

11.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

11.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

11.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, se solicitado, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

11.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

11.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho.

11.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

11.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

11.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

11.8. Entregar o veículo de acordo com o descrito no Termo de referência deste Edital e nas quantidades solicitadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
93715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

- 11.9. Fornecer o veículo sob os preços ofertados através dos lances registrados em ata, nas especificações, marcas e modelos indicados em sua proposta, no prazo estabelecido no contrato;
- 11.10. Fornecer à Prefeitura as competentes notas fiscais referentes ao fornecimento efetuado em conformidade discriminando cada item do contrato e seu respectivo valor;
- 11.11. Verificada a desconformidade de algum item e/ou defeito no veículo, serviço de transformação e utensílios usados, a licitante contratada deverá promover as correções necessárias, ou a troca do veículo no prazo de quinze (15) dias úteis;
- 11.12. Fornecer durante a garantia do veículo assistência técnica necessária;
- 11.13. O contratado deverá destacar na nota fiscal o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, se for o caso, de conformidade com a portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, com base na tese fixada no recurso extraordinário 1.293.453 (STF), empresas optantes pelo simples nacional, ou que possuam Certificado de Filantropia, estão dispensadas do valor do Imposto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal nº 1472/2024, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Santa Tereza/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.
- 12.2. A gestão do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Estratégico.
- 12.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 12.4. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1. O objeto do presente contrato será recebido:
- 13.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis da entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo.
- 13.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório.
- 13.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DO OBJETO

- 14.1. A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de até 03 (três) anos ou 100.000 km, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pelo CONTRATANTE em relação a vícios, inclusive ocultos, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

- 15.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
- 15.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 15.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
- 15.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
- 15.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 15.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
www.santatereza.rs.gov.br

- 15.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- 15.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- 15.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 15.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 15.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
 - 15.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 15.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 15.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - 15.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 15.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.2.2. As peculiaridades do caso concreto.
 - 15.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 15.2.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
 - 15.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.
- 15.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO.

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

16.1. A extinção do contrato poderá ser:

- 16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- 16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Bento Gonçalves para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Santa Tereza, RS, aos

CONTRATANTE

CONTRATADA

Procurador do Município